

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

SURGIMENTO E O FORTALECIMENTO DE MUNICÍPIOS NO SUDESTE PARAENSE: A

Marcos Mascarenhas Barbosa Rorigues (CEFET-PARÁ)

# **Surgimento e o Fortalecimento de Municípios no Sudeste Paraense: A Construção Regional na Amazônia Oriental (1970-1990)**

## **Resumo**

O presente artigo analisa as implicações da dinâmica territorial em uma área de fronteira na Amazônia Oriental responsável pela partilha territorial, como rebatimento das três últimas décadas, fronteira que agiu como franja do sistema capitalista e foi responsável por uma dinâmica originária de novos municípios, associado à reforma da constituinte no final da década de oitenta (1988), considerando-os responsáveis pela criação de mais de trinta municípios, compreendidos na mesorregião do sudeste paraense, área de atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT). Tendo como questionamento central: quais as implicações para a Amazônia Oriental das ações do Estado em âmbito do ordenamento do território? Em que medida e quais as implicações para a criação de novos municípios? E como contribuiu para imprimir na mesorregião na emergência de novos atores, na conformação de uma nova estrutura societária e de suas implicações para a conformação de um novo poder local, em cuja expressão recai sobre a estrutura municipal.

## **INTRODUÇÃO**

Nas três últimas décadas do século passado tivemos uma dinâmica no ordenamento territorial no Brasil com implicações para a Amazônia Oriental, em especial para a porção sul e sudeste do Pará, área circunscrita a mesorregião do sudeste paraense, com transformações para a sociedade e para a economia, expressas e lidas no território, enquanto forma de efetivação de estratégias de grupos almejando o controle de recursos naturais ou disputa por recursos públicos.

No direcionamento de ler através do tempo as transformações espaciais é feito uma análise das principais transformações e ações do Estado com implicações para a Amazônia, políticas econômica, programas e projetos, bem como a atuação do aparelho estatal para, através da qual pretende-se mostrar o contexto de emergência de uma nova configuração societária com a emergência de novos atores, a dinâmica territorial responsável pela divisão municipal e criação de novos municípios.

## 2. A GÊNESE TERRITORIAL

A origem territorial da mesorregião do sudeste paraense, hoje sendo composta por trinta e oito municípios, está associada à sesmaria doada ao senhor Antonio Baião no período colonial. Em 1769 o senhor Antonia Baião através da sesmaria que lhe foi doada fundou um povoado as margens do rio Tocantins, que mais tarde é elevado à categoria de município pela assinatura da resolução pelo governador da província em 1883.

Sua extensão territorial ia do Tocantins ao Mato Grosso, em 1908 é instituída a comarca do Araguaia pelo Decreto-Lei 1.069, assinado pelo então governador da província, Augusto Montenegro. Mais tarde através do Decreto-Lei 1.091 desmembra-se de Baião, dando origem aos municípios de São João do Araguaia e Conceição do Araguaia.

Desmembrado do município de São João do Araguaia em 1913 surge Marabá, entretanto, data anterior é considerada a de origem do povoado, a partir do fluxo de migrantes, entre eles destacamos a existência de lideranças políticas, fugindo da Revolução da Boa Vista, que vieram para esta localidade, com destaque para Carlos Gomes Leitão, pioneiro onde fixou residência na margem esquerda do rio Tocantins na segunda metade do século XIX (MOURA 1989).

A criação do município de Marabá fazia parte das aspirações políticas da elite econômica local, ao pleitearem as vantagens concebidas ao município de Baião, através do pagamento de tributo oriundo do pagamento da exploração do caucho, situação esta só teve a resolução quando Marabá é elevada à categoria de município em 1913.

O município é uma unidade territorial, um instrumento da regulação da vida social, naquele momento a emancipação de Marabá refletia o anseio de diferentes grupos sociais que viam no processo a solução para os seus problemas, mesmo a prosperidade do caucho não fora suficiente para dar condições mínimas para a vida em sociedade com serviços básicos como escola, correio, segurança, enfim, dependia de Baião para todas as decisões (MATTOS, 1996).

Nas linhas antecedentes foi mostrado como ocorreu à gênese territorial responsável pela constituição da mesorregião em estudo, nas próximas seções discutiremos as implicações para a Amazônia Oriental das ações do Estado em âmbito do ordenamento do território e como contribuiu para imprimir as dinâmicas que vemos neste espaço emanado da reprodução de atores sociais, na emergência de novos atores, na conformação de uma nova estrutura societária, como veremos a seguir.

### **3. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL AMAZÔNICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA MESORREGIÃO DO SUDESTE PARAENSE**

A contemporaneidade das transformações sócio-espaciais na Amazônia perpassa a apreensão da forma como as forças produtivas avançaram sobre a região, em especial na segunda metade do século XX, em busca de uma consolidação do sistema que se expressa na sua formação econômico-social com especificidades para esta porção do território nacional, visto como uma possibilidade para expansão do capital, tanto em sentido nacional, como em sua articulação internacional em busca de seus recursos, como terra, madeira, minério e a energia:

[...] Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito de trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorizasse estes recursos (terra, mata, minério), isto é, sem a formação de um mercado de força de trabalho (JEAN HÉBETTE, 2004, p. 62).

Por outro lado, segundo Hébette (2004), também interessava ao capital, ao introduzir as relações de trabalho e mercantil, promover a modernização do mercado consumidor. Para tanto as estratégias de reprodução do capital, internacional e nacional, na Amazônia, podem ser compreendidas pela sua penetração nas esferas de poder estatal. De tal sorte, onde seus intentos, quase que simultaneamente metamorfoseavam-se como corolário do planejamento público, uma meta a ser atingido, manifesto, segundo Elmar Altvater (1989), de forma contundente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND):

No segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (IIPND) definem-se os Grandes Projetos na indústria do aço e na indústria química, projetos de extração de matérias-primas, de produção de energia para substituição do petróleo e de infra-estrutura de transporte (construção

de ferrovia, estradas, metro no Rio de Janeiro e em São Paulo), que o país tenciona realizar (ALTVATER, 1989, p. 100).

A atuação do Estado demonstra a importância, para o capital, do poder público no Brasil, em sua interferência e no principal agente, interlocutor, dos intentos capitalistas no Brasil e na Amazônia em especial. Segundo Milton Santos (2003), o planejamento teria a função de garantir um mínimo de segurança e estabilidade, supostamente uma segurança física para as pessoas e para a propriedade, e estabilidade para proteger e incentivar os investimentos públicos, sendo necessário para consecução destes intentos à boa vontade do erário público.

Para Alain Lipietz (1988) esta forma de regulação do Estado ocorreu de forma exacerbada nos países subdesenvolvidos ao ordenar a promoção ou liberalização das forças produtivas na região, através de grandes intervenções de cunho territorial, podendo depreender as funções de organização do *território* e da ação *regional* como rebatimentos das contradições encerradas nas espacialidades das relações de produção, a um só tempo, também determinam a eficácia da espacialidade política, articulando-a com outras espacialidades.

Considera-se como justificativa para a transferência de poupança dos mais pobres para os mais ricos, a aplicabilidade da *linguagem científica*: “A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir o Estado e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento” (SANTOS, 2003, p.15). Resultando em um verdadeiro laboratório de aplicabilidades destes discursos economicistas vias Planos de Desenvolvimentos para a Amazônia (PDA)

Ao legitimar as prerrogativas acima exercidas pelo Estado, enfatizada pelo papel da política, daí a análise enfatizar o significado das formações sociais, a partir das contradições: horizontais (entre cidade e campo, entre ramos, entre comunidades locais) e as verticais (entre exploradores e explorados, classes dominantes e dominadas) e conferindo ao Estado seu caráter *opressivo*.

Para Oliveira (1977), o Estado passa a intervir através do planejamento, emergindo como uma forma de “dirimir” as contradições do capital em escala nacional e regional, entre suas frações, não como mediador, antes como seu interlocutor, na verdade a integração nacional, neste sentido, solícita para o capital, terá por intenção tornar mais eficiente o movimento de circulação, mais *homogeneizante* o território, mais articulado em âmbito da economia nacional.

O poder estatal foi dimensionado no Brasil com tamanha exacerbação, no período em questão, e em especial para Amazônia, a ponto de gerar mecanismo econômico reguladores das relações empresa/Estado/mercado nada democráticos com implicações para o ordenamento do território, para sua municipalização, de seu uso, causador de transformações, nas quais houve uma internalização de custos pelo Estado das obras infra-estruturais, faraônicas na Amazônia, a exemplo da logística de transporte e energia implantada para atender os grandes projetos, como hidrelétricas, linha de transmissão, ferrovias, estradas, cidades-empresa, etc.

Além da exploração dos recursos naturais requeridos pelo capital na Amazônia, como a sua história evidencia através dos ciclos extrativos, algo mais teria a capacidade de gerar acúmulo de capital. Para Hébette (2004, v. 3, p. 63) “... desde 1960 a Amazônia tinha-se tornado um excelente mercado para engenharia, as construtoras, os fabricantes de equipamentos” não sendo significativo, até este período, o consumo em escala individual, neste momento interessava a implantação de infra-estrutura básica para efetivação de trocas ágeis de informação, produtos e pessoas indispensáveis para a gestão capitalista.

A consubstanciação do uso do território na Amazônia, em particular o recorte por nós estudados, porção sul e sudeste do Pará, hoje área de atuação da AMAT, com representatividade de 38 municípios, que segundo Bertha Becker (2004, p. 146), pode ser considerada a porção do Estado de maior incremento econômico, uma vez que “... hoje aí se encontra o cerne da economia regional – pequenas, médias e grandes cidades, agroindústria da soja, pastagens plantadas, mineração, grande adensamento de assentados”. Por ela denominada de Núcleos de Modernização do Leste e Sudeste do Pará, sub-região componente de uma das três macrorregiões, o qual regionaliza a Amazônia, denominada de Macrorregião do Povoamento Consolidado.

O atual período leva-nos a considerar rebatimentos das três últimas décadas na Amazônia Oriental, em especial em nosso recorte, fronteira que agiu como franja do sistema capitalista e foi responsável por uma dinâmica originária de novos municípios, ao analisar a forma como os recursos naturais foram explorados, conseqüentemente causando o acirramento da desigualdade e ebulição de conflitos, ambiente sob o qual emergem novos atores sociais na região, em disputa com os atores tradicionais, sem terra, madeireiros, fazendeiros, nova elite política e empresarial, profissionais liberais, Pastoral da Terra, CVRD, índios, bancos e outros.

A evolução dos processos econômicos, sociais e políticos no sudeste do Pará, culminando com origem de novos atores, complexificação da sociedade, conseqüentemente

imprimindo uma nova configuração territorial, em nível local responsável pela criação de novos municípios, visto no próximo item.

#### **4. DINÂMICA TERRITORIAL E CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS**

No Brasil até 1950 foram criados, aproximadamente 1.889 municípios e em 2001 este número subiu para 5.561 municípios, em 450 anos de história foi produzido 1.889 municípios, enquanto que nos últimos 50 anos, segunda metade do século XX, foram criados 3.672 municípios. Para Cataia (2001) o período em questão que explicitaria tal dinâmica passaria pela “modernização do arcabouço técnico do território, também houve necessidade de modernizações na organização política, por isso o número de municípios aumentou no país”. É evidente processo modernizador do território estava associada à dimensão da formação sócio-espacial a qual, neste momento, o Brasil passava, daí a intrínseca relação entre o processo de criação de novos municípios e a modernização do território.

Quando analisamos os interesses que movem os atores sociais, tradicionais e os modernos, é possível vislumbrar os rearranjos das relações sociais na disputa pelo poder, causadores das fragmentações territoriais, conseqüentemente, levam as sucessivas divisões de municípios. Portanto, o processo que levará a criação de novos municípios é rebatimento direto das repercussões da dinâmica da estrutura econômica associada aos arranjos, sobretudo, da instância política (COELHO, 1995).

Com o objetivo de resgatar o processo histórico de formação do território no sudeste do Pará, área de atuação da AMAT, pelo viés da definição/configuração dos espaços municipais, buscou-se identificar o peso da influência política local e/ou regional nesse processo. A partir da década de sessenta (1960), ao compreender e analisar a atuação do Estado, na forma de sua rede institucional com significativas implicações para a porção Oriental da Amazônia.

A política econômica da União para a Amazônia, desde a criação SUDAM em 1966, até o fim do regime militar divide-se em três fases: a primeira fundamentada na política de incentivos fiscais com o objetivo de substituição das importações, que na Amazônia almejava o incremento da agricultura através dos projetos agropecuários, além de, supostamente, “combater os males do subdesenvolvimento” na região, como o extrativismo e agricultura de subsistência (PETIT, 2003). A segunda fase deu-se com a proposta de colonização, ao longo das rodovias federais na Amazônia, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, em especial,

através do Plano de Integração Nacional (PIN), criado através do decreto-lei nº. 1.106 em junho de 1970, com a finalidade específica de “financiar o plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SEDENE e da SUDAM e promover a sua mais rápida integração a economia nacional” (CARDOSO & MÜLLER, 1977).

E a terceira fase, a partir da década de 1980 e diz respeito aos Grandes Pólos de Desenvolvimento, através de grandes projetos mínero-metalúrgicos, com destaque para a atuação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cuja importância reside no fato de estabelecer conexões entre a escala local e a internacional, em função de sua abrangência econômica, ao negociar mineral de valor significativo nos mercados nacional e internacional, além de causar uma profunda transformação na estrutura político-econômica e territorial dos municípios do sudeste paraense (PALHETA DA SILVA, 2004).

Durante a primeira fase que marcou a política econômica na década de 1960, os militares efetivaram uma política econômica objetivando reverter à queda da taxa de lucro do capital internacional, resultando, para a Amazônia em um programa econômico, cujo desenvolvimento seria alcançado através de políticas de incentivos fiscais, sendo regulamentados a partir de 1963 por decreto, ampliados os benefícios nos anos seguintes.

Nesta fase manifesta-se evidente a atuação do capital conjuntamente com o Estado nesta mesorregião, no sentido de acelerar as transformações espaciais, quer pela abertura de estradas, pela atuação da SUDAM gerando atração de empresas e fazendeiros pra região, com um tempo veloz e o seu espaço de intensas transformações estudadas a seguir.

#### **4.1. O Planejamento, A Fronteira e o Sudeste do Pará Durante a Década 1960**

A política de incentivos fiscais contribuiu para o processo de privatização de terras, agravando a condição de populações tradicionais, do pequeno produtor em evolução, sobretudo nas áreas de ocupação recente no sudeste paraense, uma vez que recebeu o maior aporte desses investimentos.

As fazendas de gado tinham uma área máxima regulamentada pela legislação oficial de cerca de 60 mil hectares, mas na realidade havia ainda fazendas da Wolksvagen do Brasil com 140 mil hectares, ou da multinacional Ligegas Group com 566 mil hectares e muitas outras foram responsáveis pela enorme destruição da floresta, principalmente nas regiões sudeste e leste do Pará e norte do Mato Grosso. Sendo responsáveis pela introdução de uma nova classe, os fazendeiros, formados por pioneiros oriundos de São Paulo, como demonstra Suranjit Kumar Saha (1997, p. 118) sobre o processo de incorporação das terras do Pará “[...]”



Deu-se em seguida uma corrida as terras do sudeste do Pará dirigida por ricos fazendeiros paulista, empreendedores de terras e banqueiros do setor privado, na maioria dos casos com parcerias com interesses multinacionais”.

Esta investida dirigiu-se ao sul do Pará aos municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, ou dos municípios que se desmembraram de Marabá como Eldorado de Carajás, Parauapebas e Curianópolis. Toda essa investida sobre as terras paraenses foi baseada na concessão de impostos, através de órgão federal de desenvolvimento, a SUDAM, as empresas multinacionais e do sul do país (SAHA, 1997).

Tal processo comandado pela SUDAM foi responsável pela concentração de terras, causando acirramento dos confrontos no espaço da fronteira, pressionando o posseiro sob a voracidade por terras do grande capital, que juntamente com tradicional latifúndio pertencente às oligarquias locais, altera a estrutura fundiária e forja o posseiro a escrever sua trajetória de luta, sobretudo de resistência, para manter sua sobrevivência (COSTA, 2000).

Para Marcionila Fernandes (1999) a partir da abertura de estradas, a exemplo da Belém – Brasília tem início a um processo de valorização e conseqüentemente de privatização das terras, até então devolutas, por pioneiros, originárias, principalmente, do estado de São Paulo, e rapidamente incorporadas pelo mercado nacional de terras, tendo no governo do Estado do Pará um agente legitimador da ilegalidade ao emitir títulos de propriedades:

O Estado do Pará emitiu entre, 1959-63, 1575 títulos de propriedades em contraposição a 840 títulos emitidos entre 1924/1958. [...] Somente na região do Araguaia foram emitidos, entre 1961-64, 759 títulos uma légua quadrada – 4.356 ha cada um, totalizando 3.306.204 ha. (FERNANDES, 1999, p. 48).

O que fica explícito neste processo é o acordo tácito do governo paraense, uma vez que não tinha gestão sobre a referida privatização de terras, incumbindo os pioneiros e os empresários em vários municípios de assim a realizar de acordo com os interesses e as conseqüentes vantagens.

Tal processo de privatização de terras públicas agrava-se com a medida do governo federal, ao apresentar a empreitada pioneira e privatizante das empresas na Amazônia, com os incentivos fiscais (decreto nº . 4216 de 1963), que previa dedução de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas, e estendendo do Nordeste, dois anos depois, toda a política para a Amazônia, tendo como principal rebatimento a concentração fundiária com a apropriação das

terras públicas e o acirramento da violência nos campos da Amazônia, bem como o avanço sobre a floresta (COSTA, 2000; FERNANDES, 1999; MARTINS, 1997).

Como intuito de atrair os empresários do centro-sul, realizou-se a *Operação Amazônia*, participando desta reunião grandes proprietários de terras do vale do Araguaia, que nesta ocasião reivindicavam alterações no projeto de lei dos incentivos fiscais de forma a estender benefícios, tendo como rebatimento deste processo de privatização de terras, o qual foi responsável pela transformação das grandes propriedades em empresas agropecuárias, portanto,

[..] se dava por este caminho o empresariamento da propriedade fundiária unindo dois objetivos: atrair investidores para a região nesse setor e neste sentido a Operação Amazônia colocava a atividade agropecuária como prioritária, tendo como consequência a concentração de investimentos da SUDAM no sudeste Paraense, atração de fluxos de pessoas (FERNANDES, 1999, p. 52-53).

Para Sawyer (1986) durante as décadas de 1960 e 1970 a forma como a fronteira amazônica foi incorporada passa por aspecto muito mais especulativo do que demográfica, uma vez que a terra excedente foi apropriada pelo seu valor ou reserva futura, a terra não se torna objeto de trabalho, nem instrumento de trabalho, não se utiliza para a apropriação direta do trabalho, recaindo sobre ela a especulação, a concentração e os conflitos pela sua posse e a consequente apropriação e destruição dos recursos naturais.

Quanto aos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, não estavam dispersos de forma uniforme na região. Segundo Cota (1984) concentraram-se no Pará e no Mato Grosso, com aproximada e respectivamente 30% e 54%, no período compreendido entre 1966 a 1983. Na porção sudeste do Pará estava o maior número de projetos, grande parte deles pertencentes a grandes grupos econômicos do sul do país implementando um processo de expropriação de terras de índio e de terra de posseiros que há décadas viviam naquela região.

**Quadro 02: Espacialização por Estado da alocação de projetos agropecuários na Amazônia Legal até o ano de 1985.**

| Estados      | Nº de Projetos | Percentuais |
|--------------|----------------|-------------|
| Pará         | 212            | 37%         |
| Mato grosso  | 207            | 35%         |
| Goiás        | 52             | 9%          |
| Amapá        | 29             | 5%          |
| Maranhão     | 24             | 4%          |
| Amazonas     | 22             | 4%          |
| Acre         | 18             | 3%          |
| Rondônia     | 11             | 2%          |
| Roraima      | 6              | 1%          |
| <b>Total</b> | <b>581</b>     | <b>100%</b> |

**Fonte:** Oliveira (1991)

Na década de sessenta foram criados no Pará apenas cinco municípios, como mostra o quadro 03, dos quais quatro em 1961, pela mesma Lei nº 2.460, e apenas o município de Paragominas foi criado em data diferente, no ano 1965, e por Lei diferente, nº 3.235, em função da sua importância por possuir recursos como à madeira nobre como a Mogno.

**Quadro 03:– Data de criação dos municípios da mesorregião do sudeste do Pará na década de 1960.**

| Município            | Ano de Criação | Município de Origem          | Lei de Criação | Autor da Lei         |
|----------------------|----------------|------------------------------|----------------|----------------------|
| Santana do Araguaia  | 1961           | Conceição do Araguaia        | Lei nº 2.460   | Carlos Cavalcante    |
| São João do Araguaia | 1961           | Marabá                       | Lei nº 2.460   | Plínio Pinheiro      |
| São Felix do Xingu   | 1961           | Altamira                     | Lei nº 2.460   | Giovane Queiroz      |
| Jacundá              | 1961           | Itupiranga                   | Lei nº 2.460   | Wandenkolk Gonçalves |
| Paragominas          | 1965           | S. Domingos do Capim e Viseu | Lei nº 3.235   | Poder Executivo      |

**Fonte:** IBGE, Diário Oficial, TCM, AMAT

Na próxima seção abordaremos as transformações na Amazônia ocorridas durante a década de 1970, programas e projetos de significativas transformações para a região e orientadores de profundas mudanças, como veremos a seguir.

## 4.2. Incursão Sobre a Década de Setenta (1970)

Neste período houve mudanças por parte dos militares no poder, revestia-se de um caráter autoritário, cuja faceta vil foi responsável pelas atrocidades mais cruéis do regime. Em relação à forma de ocupação regional, suas ações, em grande parte efetivada com o intuito de satisfazer as ambições dos grupos nacionais e internacionais na Amazônia. Privilegiou-se pela construção de grandes eixos viários interligando os Estados da região, associado o projeto de colonização dirigida, através do Programa de Integração Nacional (PIN), portanto,

[..] previa a abertura do vale amazônico por meio de 18 estradas de rodagem articulada em torno da rodovia Transamazônica (de Altamira ao Maranhão, ao Rio Branco no Acre), que interligariam a Amazônia ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Seu objetivo imediato era absorção da mão-de-obra nordestina, disponível em grande parte devido às secas periódicas da região: e mediato, a colonização do vale amazônico por agricultores nordestinos (REZENDE, 2002, p. 141).

Um grande eixo, transpassando a hiléia no sentido leste-oeste, foi a Transamazônica, com o intuito de receber um fluxo migratório de nordestinos, em certa medida, como resposta ao movimento nacional emergiu do campo na década de 1960 com as Ligas Camponesas, a seca ocorrida em setenta. Ao mesmo tempo em que interligava o nordeste a Amazônia a sua porção ocidental. A Cuiabá-Santarém, BR-163, ligando o mato grosso ao oeste paraense, agregando, nesta porção do Estado do Pará a maior densidade da malha programada (BECKER, 1991).

O processo de ocupação da Amazônia, em certa medida explica o ciclo da fronteira, neste período latente, compreendendo a década de 1970, como rebatimento das ações da esfera federal, através dos projetos e programas com a efetivação de infra-estrutura e de colonização, relaciona-se a um intenso processo migratório inter-regional, associados aos grandes eixos de integração, especificamente nos referindo à Transamazônica e a Br-163, e algumas Pa (s), como é o caso da Pa-150 e a Pa-279, ligando os municípios de Conceição do Araguaia a São Felix do Xingu, dando maior acessibilidade e interligando o sudeste paraense (PINTO, 1980).

Os projetos para colonizar a Amazônia durante o mandato do presidente Garrastazu Médici objetivavam dar respostas às conseqüências da modernização posta no campo brasileiro, responsável pelo agravamento das condições dos camponeses no Brasil, ao

expulsar milhares de famílias, motivadas pela concentração fundiária, acirrada neste momento, 1,8 % das imóveis cadastrados perfaziam uma área agrícola do país de cerca de 60%. Nesta mesma década houve um progressivo crescimento da renda nas grandes propriedades, em 1970, 1% das grandes propriedades dispunha de 10% do total da renda, e em 1980 de 30% da renda nacional (PETIT, 2003).

No Brasil os movimentos sociais organizados no campo frente à modernização passaram para o enfrentamento, quando surge como resposta para as tensões no campo a colonização dirigida que através da propaganda oficial foi responsável pela atração de considerável contingente de migrantes oriundos de todas as regiões do Brasil, com destaque para o Nordeste, com implicações diretas na porção sudeste do Pará:

[..] a propaganda oficial sobre a terra prometida favoreceu a vinda para a Amazônia, sem qualquer ajuda oficial, de milhares de camponeses sem terra e minifundistas de outras regiões do país, boa parte dos quais acabaram ocupando, como posseiros, milhares de hectares da Amazônia, sobretudo no sudeste do Pará (PETIT, 2003, p. 88-89).

Conseqüência direta deste processo, a privatização das terras, resultou em um campo de tensões sociais graves e insuportáveis, colocando a região como a mais violenta e, sendo tal quadro agravado pela manutenção as relações de trabalho escravo. Quanto aos seus recursos, tanto a abertura de estradas como a colonização, espontânea e a dirigida, foram capazes de depredar e solapar os recursos naturais. Também causaram concentração fundiária e agravaram sobremaneira a possibilidade de uma normalização do uso da terra.

A fronteira tem sua representação como rebatimento de uma totalidade maior da qual faz parte, com implicações muito especiais para a Mesorregião do Sudeste do Pará. Portanto as políticas macroeconômicas do Estado brasileiro, em particular as de conexão e integração da Amazônia com o circuito capitalista de acumulação em sua formação econômica social e em sua articulação em escala mundial, com as funções solicitadas pela fase atual do capital, chamada de globalização.

#### **4.3. Incursão sobre a década de oitenta e noventa (1980-90)**

Ao considerarmos as estruturas sociais, econômicas e política erguida durante a década de setenta (1970) seremos capazes de compreendermos a herança deixada para a

década seguinte, pesquisada, e, em questão nesta seção, as décadas de oitenta e noventa. Interessando a forma como tais processos implicaram em transformações na Amazônia como um todo e no território. A consolidação do ciclo da mineração no Pará ocorre na década de oitenta, no entanto as condições prévias para sua efetivação começaram no final da década de sessenta, com as seguintes medidas:

[...] criou-se o Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Decreto-Lei 63.952 de 31.12.1968) e, posteriormente, - a partir de 1973 – a cargo de sua filial, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE). [...] criou-se a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (Decreto-Lei 764, de 15.08.1969). O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia, estabeleceu em 1970, o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), destinado a executar um levantamento aerofotogramétrico da Amazônia (HÉBETTE, 2004, p. 33).

As medidas acima foram responsáveis pelo adensamento das redes institucionais agindo sobre região, com o intuito de dar subsídios, tanto na etapa de prospecção do minério, como no fornecimento das condições de logística a empreendimentos deste porte, para a efetivação e consolidação do ciclo mineral, do ferro e do alumínio, em especial, cuja concentração espacial deu-se na porção sudeste do Estado do Pará.

Ao considerarmos a esfera macroeconômica o conjunto de medidas tomadas pelo governo foram muito onerosas, resultando em desequilíbrios, cujo ápice recai sobre a década de oitenta (1980). Segundo Rezende (2002) teve rebatimento simultaneamente insuportável ao gerar um ônus financeiro para a dívida externa, desestruturação do setor público, explosão inflacionária e perda do dinamismo, gerido no período de 1974-1979.

A política macro-econômica de Geisel tinha em vista possibilitar ao Brasil dar resposta para as repercussões da crise do petróleo e de forma concomitante, suas medidas visavam tornar o Brasil capaz de suprir necessidades quanto à produção de bens de consumo não durável, completando o processo de industrialização substitutiva de importações, cuja diretriz está atrelada ao II PND, através da produção de bens de capital; insumos básicos; mineração; expansão da capacidade energética, tudo, paralelo a uma meta de crescimento anual do PIB em torno de 10% (REZENDE, 2002).

Para a Amazônia as repercussões foram as seguintes, políticas de âmbito do ordenamento do território, com vista a atender as necessidades do ciclo da mineração e energia, com projeção de redes infra-estruturais, como ferrovias, estradas, telefonia, etc. O que Santos (2005) chama de sistemas de objetos, cuja existência só se legitima pelo sistema de comando, sistema de ações, que o preside, neste sentido, representando o Estado, temos Cia. Vale do rio Doce (CVRD), como um ator hegemônico na região, podendo ser considerado um marco de mudança para o sudeste do Pará a partir deste momento.

Uma década antes tínhamos na região sudeste do Pará uma estrutura social com relativa estabilidade, segundo Maria Célia Nunes Coelho (1995, p. 58) “inscreviam-se as ações dos membros das elites regional / locais e das instituições por elas cooptadas”. Rompendo o domínio das oligarquias dos castanhais ao serem introduzidos novos atores, como fazendeiros, empresário de diferentes setores, migrantes. Somados aos desterritorializados, por esta nova estrutura sócio-espacial como ex-coletores independentes de castanha, ex-trabalhadores nos castanhais e pequenos posseiros.

Ao analisar a reestruturação sócio-espacial deste momento Maria Célia Nunes Coelho (1995, p. 59) depreende:

[...] como resultado dos padrões perturbados, nas áreas de extração de recursos do sudeste do Pará, aumenta a complexidade dos problemas sociais, a densidade populacional, a mobilidade espacial e ocupacional dos trabalhadores, a urbanização e os sucessivos desmembramentos territoriais para a geração de novos municípios. (COELHO, 1995, p. 59).

Nesta nova configuração sócio-espacial temos um novo arranjo da expressão de poder, retirando das elites tradicionais sua hegemonia, por intermédio de movimentos, oriundos tanto do campo, como da cidade, envolvendo ex-colonos, ex-posseiros, índios. Sendo visto e agindo como atores sociais, passaram a competir com os demais atores na reestruturação do espaço, conseqüentemente por uma maior participação, ou dito de outra forma, interferência, nas esferas de poder (COELHO, 1995).

Ergue-se, deste processo, uma nova rede de poder político e uma nova elite passam a comandar as relações político-econômicas do antigo município de Marabá, fazendo com que acontecesse uma pressão desses novos grupos pela partilha do poder político na região, ocorrendo dessa forma emancipações territoriais, com o surgimento de novos municípios,

desmembrados de Marabá. Para, então, fortalecer grupos políticos que surgem e disputam o poder político-econômico dos novos municípios (PALHETA da SILVA, 2004).

Na década de oitenta (1982-88) surgiram treze municípios tendo Conceição do Araguaia responsável pela origem de quatro municípios, já a maior número de municípios criados ocorreu na década de noventa (1991-96), cerca de dezesseis municípios, muito por conta da brecha que foi deixada pela constituição para a criação de novos municípios, uma vez que não exigia estudos de viabilidade municipal.

O movimento das elites em busca de hegemonia pelo poder político-econômico, de perto, é acompanhado por aqueles outrora excluídos do processo decisório do governo do município, como colonos, posseiros, sindicatos rurais, sindicatos urbanos, organizações populares e não governamentais, as Igrejas Católicas com as pastorais, que passam, juntos e conflituosamente, a formar liderança e, na medida em que exercem seus direitos, para participar de forma direta ou indiretamente do governo de seu município (PALHETA DA SILVA, 2004).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na porção oriental da Amazônia a qual pertence o recorte por nós estudado, compreendendo a mesorregião do sudeste do Pará, temos uma especificidade da dinâmica territorial, vista como uma frente da fronteira para o capital, tendo no Estado brasileiro um agente produtor de espaço, responsável pela alteração das tradicionais estruturas de poder e dando condições para origem de uma nova estrutura de poder.

O rebatimento desse processo acima pode ser considerado para entendermos e explicarmos o movimento de fragmentação territorial dos municípios, como rebatimento de dois processos, o primeiro que diz respeito à abertura, dentro da constituinte, visando o movimento de descentralização, recaindo sobre a esfera municipal o enfoque de atuação por parte das elites locais e políticas. O segundo manifesta-se ao processo de desenvolvimento de uma política econômica que resultou na região amazônica, e em especial em nosso recorte estudado, em mudança na economia e no território, responsável pela insurgência de novas regionalizações, como a que pretende fragmentar o Pará com a criação do estado de Carajás.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

ALTVATER, E. Conseqüências regionais da crise do endividamento global no exemplo do Pará. In. CASTRO, E. M R. & HÉBETE, J. (Org) Na Trilha dos Grandes Projetos. Belém. Cadernos do NAEA, nº 10, jan./dez. 1989.

BECKER, B. Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_ Modernidade e gestão no território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva. [S.l], 1991.

CARDOSO, F.H. & MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo. Editora Brasiliense, 1977.

CATAIA, M. Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de geografia da Universidade de São Paulo, 2001.

COELHO, Maria Célia Nunes.; COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). 10 anos da estrada de ferro Carajás. NAEA/UFPA, 1997.

COSTA, F. A. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

COTA, R. G. Carajás: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

FERNANDES, M. Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista- UDR. Belém: NAEA / UFPA, 1999.

HÉBETTE, J. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. I . Belém: EDUFPA, 2004.

MARTINS, J.de Souza.(1997). A reprodução do capital na frente pioneira e renascimento da escravidão.In : MARTINS, J. de S. Fronteira A degradação do Outro nos confins do humano. HUCITEC, São Paulo, 1997.

MATTOS, M. V. B. de. História de Marabá: Marabá, Grafil, 1996.

MOURA, I. B. De Belém a São João do Araguaia: Vale do rio Tocantins. Belém:SECULT; Fundação Tancredo Neves, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. Amazônia: Monopólio, Expropriação Conflitos - 5<sup>a</sup> ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1995.

PALHETA DA SILVA, J M. Poder, Governo e Território em Carajás. Presidente Prudente: Faculdade de ciência e tecnologia / Universidade Estadual Paulista, 2004.(Tese de Doutorado).

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará. Belém: Paka - Tatu, 2003.

PINTO, L. F. Carajás, o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero/Studio Alfa, 1982.

REZENDE, C. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo:Contexto, 2002.

SANTOS, 2003, p.15).

SAHA, S. k. industrialização e mudança social na área de Marabá-Carajás na Amazônia Oriental Brasileira. In COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (Orgs.). 10 anos da estrada de ferro Carajás. NAEA/UFPA, 1997.